



Ao Banco Central do Brasil,

Referente: CARTA DE APRESENTAÇÃO

A QI SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.402.502/0001-35, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, apresenta por meio desta, as demonstrações financeiras para o semestre findo em 31 de dezembro de 2019, e os esclarecimentos requeridos por força da Carta Circular 3.981, de 25 de outubro de 2019 do Banco Central do Brasil.

1. Encontram-se em arquivo anexo os seguintes documentos:

- Relatório da Administração;
- Relatório dos Auditores Independentes;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

2. Informamos que as demonstrações financeiras acima mencionadas foram publicadas no dia 30 de abril de 2020 no sítio eletrônico: <https://www.qitech.com.br/>

3. Por fim cumpre salientar que a alta administração da QI SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e, por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção.

Atenciosamente,

PEDRO HENRIQUE
COURY MAC
DOWELL:27438569
802

Assinado de forma digital por
PEDRO HENRIQUE COURY MAC
DOWELL:27438569802
Dados: 2020.05.06 16:49:46 -03'00'

MARCELO
BUOSI
MARTINS:3802
6119851

Assinado de forma
digital por MARCELO
BUOSI
MARTINS:38026119851
Dados: 2020.05.06
16:50:41 -03'00'

REINALDO
DANTAS:76895599
800

Assinado de forma digital por
REINALDO
DANTAS:76895599800
Dados: 2020.05.06 16:42:01
-03'00'

QI SOCIEDADE DE CRÉDITO
DIRETO S.A.

REINALDO DANTAS
Contador CRC-1SP110330/O-6



QI SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da QI SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A., acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O lucro do semestre findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 1.098 mil.

Gerenciamentos de Riscos e de Capital: em cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções números 4.557/17 e 2.554/98, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, a Sociedade de Crédito Direto mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital.

Em 31 de dezembro de 2019, os limites operacionais da Sociedade de Crédito Direto apresentaram níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de suas operações.

A DIRETORIA



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Senhores - Diretores e Acionistas da
QI SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.
São Paulo SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **QI SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.** (“Sociedade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondente ao 2º semestre de 2019 e ao período de 10 de janeiro a 31 de dezembro de 2019, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **QI SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO SA** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa correspondente ao 2º semestre de 2019 e exercício findo em 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à “Sociedade”, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da “Sociedade” é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da “Sociedade” é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a “Sociedade” continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a “Sociedade” ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da “Sociedade” são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da “Sociedade”.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da “Sociedade”. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a “Sociedade” não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais de deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de março de 2020.

VENEZIANI AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP13744/O-1

ALCINDO TAKACHI ITIKAWA
CONTADOR CRC 1SP088652/O-9

QI SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A.
CNPJ(ME) 32.402.502/0001-35

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM

Valores em R\$ mil

A T I V O	NE	31/12/19
CIRCULANTE		16.673
DISPONIBILIDADES	4	43
APLICAÇÕES INTERFIN. DE LIQUIDEZ	4	10.086
Aplicações no mercado aberto		10.086
TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	5	6.313
Vinculados a prestação de garantia		6.313
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		165
Créditos Vinculados - Dep. Banco Central		165
OUTROS CRÉDITOS	6	66
Rendas a receber		66
NÃO CIRCULANTE		8.945
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		8.855
TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	5	8.855
Carteira própria		2.301
Vinculados a prestação de garantia		6.554
IMOBILIZADO DE USO		81
Outras imobilizações de uso		81
INTANGÍVEL		9
Ativos Intangíveis		9
TOTAL DO ATIVO		25.618

QI SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A.

CNPJ(ME) 32.402.502/0001-35

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM

Valores em R\$ mil

P A S S I V O	NE	31/12/19
CIRCULANTE		22.520
DEPÓSITOS	7	21.938
Outros depósitos		21.938
OUTRAS OBRIGAÇÕES		582
Cobrança, arrec. tributos e assemelhado	8	197
Fiscais e previdenciárias	9	277
Diversas	10	108
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.098
Capital:	11.a	2.000
De Domiciliados no país		2.000
Reservas de lucros	11.b	1.098
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		25.618

A DIRETORIA**REINALDO DANTAS**

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QI SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A.

CNPJ(ME) 32.402.502/0001-35

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM

Valores em R\$ mil

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	NE	2º-SEM-19	31/12/19
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		595	708
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		595	708
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		595	708
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		647	804
Receitas de prestação de serviços	13	1.119	1.491
Outras despesas administrativas	14	(445)	(625)
Despesas tributárias	15	(97)	(132)
Outras receitas operacionais		101	101
Outras despesas operacionais		(31)	(31)
RESULTADO OPERACIONAL		1.242	1.512
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		1.242	1.512
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16	(347)	(414)
Provisão para imposto de renda		(252)	(298)
Provisão para contribuição Social		(95)	(116)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO/SEMESTRE		895	1.098
Nº de ações		2.000.000	2.000.000
Lucro/(Prejuízo) por ação.....R\$		0,45	0,55

A DIRETORIA**REINALDO DANTAS**

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QI SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A.

CNPJ(ME) 32.402.502/0001-35

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores em R\$ mil

Semestre de 01/07/19 a 31/12/19					
	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	T O T A L
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/07/19	2.000	-	-	203	2.203
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre				895	895
Destinações:	-	55	1.043	(1.098)	-
Reserva legal		55		(55)	-
Reserva especial de lucros			1.043	(1.043)	-
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/19	2.000	55	1.043	-	3.098
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	-	55	1.043	(203)	895
Exercício de 10/01/19 a 31/12/19					
	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	T O T A L
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 10/01/19	-	-	-	-	-
Aumento de capital	2.000	-	-	-	2.000
Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício				1.098	1.098
Destinações:	-	55	1.043	(1.098)	-
Reserva legal		55		(55)	-
Reserva especial de lucros			1.043	(1.043)	-
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/19	2.000	55	1.043	-	3.098
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	2.000	55	1.043	-	3.098

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QI SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A.

CNPJ(ME) 32.402.502/0001-35

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

Valores em R\$ mil

Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto	2º-SEM-19	31/12/19
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre e exercício	895	1.098
Provisão de impostos no resultado	294	360
Provisão (reversão) de impostos diferidos	53	54
	<u>1.242</u>	<u>1.512</u>
Varição de Ativos e Obrigações		
(Aumento) redução em TVM e instrumentos financeiros derivativos	(12.930)	(15.168)
(Aumento) redução em relações interfinanceiras	(157)	(165)
(Aumento) redução de outros créditos	(55)	(66)
Aumento (redução) em depósitos	19.350	21.938
Aumento (redução) em outras obrigações	53	261
Imposto de renda e contribuição social pagos	(146)	(165)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>7.357</u>	<u>8.147</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Inversões em:		
Imobilizado de uso	(9)	(9)
Inversões líquidas no intangível	(9)	(9)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(18)	(18)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimento pela integralização de capital	-	2.000
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	-	2.000
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>7.339</u>	<u>10.129</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	2.790	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	<u>10.129</u>	<u>10.129</u>

A DIRETORIA

-

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QI SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A.

CNPJ(ME) 32.402.502/0001-35

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores em R\$ mil

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	2º-SEM-19	31/12/19
---	------------------	-----------------

RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	895	1.098
--	------------	--------------

RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	895	1.098
-----------------------------------	------------	--------------

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A QI Sociedade de Créditos Direto S.A (“Companhia”) foi constituída em 08 de agosto de 2018, autorizado pelo Banco Central do Brasil conforme Ofício 24.197 de 29 de novembro de 2018, publicado em 03 de dezembro de 2018, e registrado na Jucesp em 10 de janeiro de 2019, com duração por tempo indeterminado. Tem por objeto social a prática de (i) a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio; (ii) cessão de créditos a fundos de investimento, securitizadoras e demais hipóteses previstas na lei em vigor; (iii) a análise de crédito para terceiros; (iv) a cobrança de crédito, inclusive para terceiros; (v) a atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações mencionadas item (i) por meio de plataforma eletrônica, nos termos da regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP); e (vi) a emissão de moeda eletrônica, nos termos da Resolução do Banco Central nº 4.656, de 26 de abril de 2018 e regulamentação em vigor.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são responsabilidade da Administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Companhia Central do Brasil (“Bacen”) e apresentadas de acordo com o requerido pelo Bacen para fins de demonstrações financeiras e com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”), quando aplicáveis.

As demonstrações contábeis da Companhia foram aprovadas pela Diretoria em 31 de janeiro de 2020.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real, a qual também é a moeda de apresentação destas demonstrações contábeis.

b. Apuração de resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência.

c. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, cujo vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, contados da data da aplicação, e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Essas aplicações são utilizadas pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

e. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Conforme previsto na Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

Títulos para negociação: adquiridos com o objetivo de serem ativa e, frequentemente, negociados, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados ao valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados, pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

f. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço.

g. Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são analisados no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*. Uma perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período quando o valor da contabilização de um ativo excede seu valor recuperável.

h. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda da companhia e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados, quando aplicável, com base no lucro tributável ajustado nos termos da legislação pertinente.

i. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Técnicos, aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação; e

Obrigações legais - ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações fiscais e tributárias, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

j. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019
Disponibilidades	<u>43</u>
Depósitos bancários	10
Fundo de reserva	33
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	<u>10.086</u>
NTN – Notas do Tesouro Nacional	10.086
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>10.129</u></u>

5 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a. Títulos e valores mobiliários

Os valores de custo e de mercado estavam assim representados:

31/12/2019

	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Mercado (**)	Custo	Ajuste a valor de mercado
Carteira Própria					
LFT – Letras Financeiras do Tesouro	<u>-</u>	<u>2.301</u>	<u>2.301</u>	<u>2.304</u>	<u>(3)</u>
Vinculados a Prestação de Garantia					
LFT – Letras Financeiras do Tesouro	<u>6.313</u>	<u>6.554</u>	<u>12.867</u>	<u>12.870</u>	<u>(3)</u>
Total	<u><u>6.313</u></u>	<u><u>8.855</u></u>	<u><u>15.168</u></u>	<u><u>15.174</u></u>	<u><u>(6)</u></u>

b. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui contratos de instrumentos financeiros derivativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

6 Outros créditos

	31/12/2019
Outros créditos	<u>66</u>
Rendas a receber – Serviços prestados	66
Total	<u><u>66</u></u>

7 Depósitos

	31/12/2019
Conta de pagamento pré-paga	<u>21.938</u>
Total	<u><u>21.938</u></u>

8 Cobrança, arrecadação de tributos e assemelhados

	31/12/2019
IOF a Recolher sobre empréstimos	<u>197</u>
Total	<u><u>197</u></u>

9 Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

	31/12/2019
Impostos e contribuições sobre o lucro	195
Outros	28
Impostos e contribuições diferidos	<u>54</u>
Total	<u><u>277</u></u>

10 Outras obrigações – Diversas

	31/12/2019
Obrigações por aquisição de bens e serviços	71
Provisão de despesas administrativas	35
Credores diversos - País	<u>2</u>
Total	<u><u>108</u></u>

11 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social de R\$ 2.000, está representado por 2.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas, totalmente integralizadas por acionistas no País.

b. Destinações do lucro

O estatuto social determina que, do lucro líquido apurado em cada balanço anual, serão destinados:

- a) 5% à constituição de reserva legal até o limite de 20% do capital social.
- b) Pagamento às ações representativas do capital social do dividendo obrigatório de 25%;
- c) O pagamento de dividendo suplementar votado pela Assembleia Geral.
- d) O saldo deverá ter a destinação deliberada pela Assembleia Geral, observadas as disposições legais a esse respeito.

Em 31 de dezembro de 2019 foi destinado o saldo do lucro do exercício para reserva legal no montante de R\$ 55; e, para reserva especial de lucro no montante de R\$ 1.043, para a Assembleia destinar em reunião de aprovação do balanço.

12 Transações com partes relacionadas

Não houve transações com partes relacionadas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

13 Receita de prestação de serviços

	2º Sem/ 2019	31/12/2019
Rendas por serviços de pagamento	674	1.014
Rendas de outros serviços	445	477
Total	1.119	1.491

14 Outras despesas administrativas

	2º Sem/ 2019	31/12/2019
Despesas de aluguel	(24)	(27)
Despesas de comunicação	(8)	(24)
Despesas processamento de dados	(121)	(205)
Despesas com serviços do sistema financeiro	(213)	(251)
Despesas com serviços técnicos especializados	(36)	(75)
Outras despesas administrativas	(43)	(43)
Total	(445)	(625)

15 Despesas tributárias

	2º Sem/ 2019	31/12/2019
Impostos sobre Serviços - ISS	(56)	(75)
Cofins	(33)	(44)
PIS	(7)	(9)
Tributos municipais	<u>(1)</u>	<u>(4)</u>
Total	<u>(97)</u>	<u>(132)</u>

16 Imposto de renda e contribuição social

	2º Sem/ 2019	31/12/2019
Renda da atividade operacional	<u>1.119</u>	<u>1.491</u>
Presunção 32%	358	477
Rendimento de aplicações financeiras	705	815
Base de do lucro presumido	<u>1.063</u>	<u>1.292</u>
IR 15%	158	193
Adicional 10%	94	105
CSLL 9%	<u>95</u>	<u>116</u>
Total do IRPJ e Contr. Social	<u>(347)</u>	<u>(414)</u>

17 Outras informações

a. Gerenciamento da estrutura de capital

Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição.

Visando ao atendimento à Resolução nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017 do Banco Central do Brasil, a Companhia adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos, de acordo com a natureza e a complexidade dos produtos e dos serviços oferecidos.

b. Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

O gerenciamento do risco operacional é efetuado pela área de Gestão de Riscos, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17. A Companhia possui política e procedimentos que visam o monitoramento, a identificação e a gestão de risco de forma integrada, busca constante por melhoria na eficiência e eficácia dos processos e respectivos controles, reporte de informações tempestivas à alta administração.

c. Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia.

O gerenciamento do risco de mercado é efetuado pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência em relação as operações. A Companhia atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras, o que permite a manutenção de níveis baixos de exposição em relação ao risco de mercado e está apta a atender às exigências da Resolução CMN nº 4.557/17.

d. Risco de liquidez

Define-se o risco de liquidez como a possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente com suas obrigações esperadas e inesperadas, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela área de Gestão de Riscos, por meio do monitoramento diário do limite de caixa disponível. Na gestão de seu risco de liquidez a Companhia busca manter disponibilidades suficientes para uma boa gestão e enfrentamento de situações de estresse.

18 Contingências

A Companhia não possui conhecimento de ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões de natureza cível, fiscal ou trabalhista, cujo valor em risco possa ter impacto nestas demonstrações financeiras.

19 Eventos subsequentes

Não há eventos subsequentes após o fechamento das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019.

A DIRETORIA

Reinaldo Dantas
Contador
CRC 1SP110330/O-6